

**Estado, Sociedade e Mercados num Mundo Global**

**State, Society and Markets in a Global World**

## **POLYCARPO PECQUET FERREIRA DOS ANJOS (1846-1905): PROPRIETÁRIO, COMERCIANTE E PAR DO REINO**

Alexandra de Carvalho Antunes<sup>1</sup>

**Resumo:** O estudo das elites comerciais de Oitocentos exige a análise de redes sociais e familiares, potenciadoras de progressão social e de acumulação de fortuna. Os Ferreiras dos Anjos provinham de uma desconhecida família de lavradores da aldeia do Cabeçudo, distrito de Castelo Branco. Os irmãos António (n. 1815), Flamiano (n. 1816), Polycarpo (n. 1820) e Bernardino (n. 1823) deixaram a terra natal, em finais da década de 1830, rumo a Lisboa, com o intuito de participarem na fundação da firma de importação e exportação de têxteis *Anjos & C.<sup>a</sup>*.

Com a presente comunicação revelamos um dos elementos da segunda geração mais bem-sucedidos, social e economicamente: Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos (1846-1905), filho de Flamiano. Polycarpo, "*proprietário e comerciante*" (assim se apresentava em 1886), estudou em Manchester e contraiu matrimónio, em Agosto de 1871, com Alice Joyce Munró. Polycarpo Anjos alcançou, na última vintena de anos de vida, proeminente distinção social e económica, tendo, em Abril de 1890, sido eleito Par do Reino.

A comunicação que se apresenta visa apresentar o indivíduo, descrever e tentar a análise dos sucessos verificados e também reflectir sobre a importância das redes sociais e familiares.

**Palavras-chave:** ascensão social, elites, fortuna, pariatos, séc. XIX

### **Origens e reconhecimento público de Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos**

Nascido em Lisboa a 3 de Fevereiro de 1846, Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos é o segundo de dois filhos de Flamiano José Lopes Ferreira dos Anjos (1816-1886) e de Leonor Magdalena Caetana Pecquet dos Anjos. Senhor de forte determinação, laborioso e inteligente, ocupou diversos cargos em entidades financeiras, comerciais e de beneficência, foi deputado e par do reino, *sempre militando no partido regenerador*<sup>2</sup>, vindo a falecer a 23 de Junho de 1905 na sua *risonha vivenda de Miramar*<sup>3</sup>, em Algés.

Filho e sobrinho de activos comerciantes e filantropos, de cujas *tradições honradas foi continuador*, Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos foi um dos mais respeitados nomes do seu

---

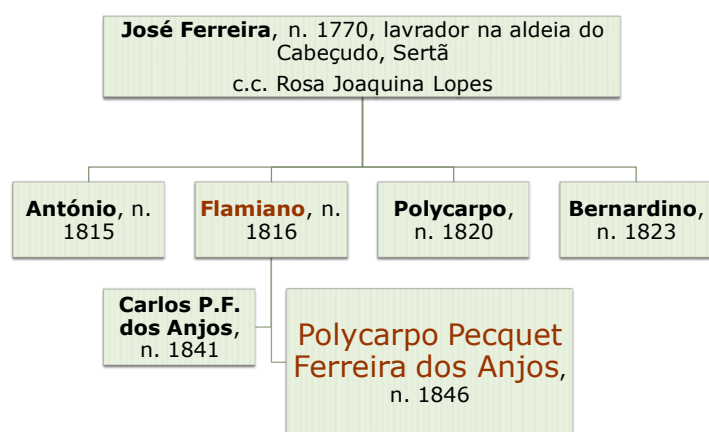
<sup>1</sup> Doutoranda em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL. E-mail: [aca.heritage@gmail.com](mailto:aca.heritage@gmail.com)

<sup>2</sup> O *Occidente*, Lisboa, n.º 954, 30 Junho 1905, p. 144.

<sup>3</sup> *Commercio e Industria, ciencias, artes e letras*, n.º 183, 1905. Este número é dedicado a Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, estando em preparação quando da sua morte, conforme nota editorial.

tempo, dotado de finíssima intelligencia, de penetrante sagacidade e de character austero e persistente<sup>4</sup>. Destacou-se como comerciante, capitalista e empreendedor nato.

A publicação *Commercio e Industria* apresentou, no editorial da sua edição de homenagem, uma descrição de Polycarpo Anjos: *Elegante, dellicado, generoso, bom sem alarde, fazendo o bem pelo bem e não para satisfazer mesquinhãs vaidades, podia ser tudo quanto quizesse n'este paiz*<sup>5</sup>. Cita ainda a opinião de Affonso Vargas, colaborador da publicação: *Modelo perfeito e vivo de que não há duas formas de moral uma publica e outra particular, nem dois aspectos de character um social e outro mais intimo, (...) é como cidadão, como negociante, como chefe de família, como homem publico um só e mesmo individuo, digno, incontaminado, limpo (...)*<sup>6</sup>.



**Fig. 1** - Origens de Polycarpo P. F. dos Anjos



**Fig. 2** - Polycarpo P. F. dos Anjos com cerca de 25 anos. [Coleção da Família Anjos]

Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos deixou a seus filhos, para além dos bens materiais, um importante legado – o nome Anjos – como bem explana no testamento de cuja reprodução parcial não prescindimos:

*Como acompanhamento obrigatorio do prestito para o cemiterio, alem do parcho e do acolyto, quero que vão apenas, e dando-se-lhes a esmola de 1\$000 reis a cada um, a 10 pobres do Asylo de Mendicidade de Lisboa, representando a humildade em que a nossa família e ainda eu proprio nascemos, e 10 pobres do Albergue dos Invalidos do Trabalho, representando a classe a que eu e todos os meus pertenceram, na qual viveram e com a cooperação da qual eu e todo os membros da família Anjos alcançámos com muita fadiga, mas com muita honra e dignidade os haveres que aos nossos temos legado e que tambem em auxilio e beneficio de muitos e, com incontestavel proveito do paiz, largamente temos dispendido. (...)*

*Sirva isto ao menos de reflexão e estímulo a meus filhos. Seu avô Flamiano, vindo de uma pequena aldeia da Beira Baixa, sem o auxilio de uma instrução cuidada; escudado apenas pelo seu sentimento do dever e do trabalho, chegou a ocupar na sua classe e no seu paiz a mais elevada e mais respeitada das posições, cujo grande reflexo a nós todos ainda hoje ilumina, é a prova mais frisante do muito que pode o trabalho incessante e honesto cercado do*

<sup>4</sup> *Commercio e Industria*, ciencias, artes e letras, n.º 183, 1905.

<sup>5</sup> *Commercio e Industria*, ciencias, artes e letras, n.º 183, 1905.

<sup>6</sup> *Commercio e Industria*, ciencias, artes e letras, n.º 183, 1905.

*sentimento do bem em todas as suas infindas ramificações. Os seus exemplos, que sempre tenho seguido, os seus conselhos admiráveis, cheios de precisão e de bom senso pratico, e que a meus filhos tenho tentado transmitir, são, sem duvida, o brazão da gloria da nossa familia. Oxalá sejam tambem o escudo de que nos embates da vida os meus queridos filhos Fernando e Henrique lancem mão para defenderem o nome honrado que trazem. Desculpem-me os que lerem que, em documento d'esta natureza, eu ponha este desabafo de amor e tambem de orgulho filial. (...)*

*Recordo-lhes, porém, que, além dos bens de fortuna que conto legar-lhes, lhes deixo mais do que isso, um nome bemquisto de todos e honrado, um nome até hoje sem mancha, quer no viver social, quer na vida commercial, e por ser isto assim, na tranquillidade da minha consciencia tenho encontrado o que n'este mundo considero tanto quanto possivel ser a verdadeira felicidade. Não se esqueçam tambem de quanto as vaidades e as distincções sociaes são ephemerhas, pelo valor apenas commercial que tem e d'ahi o dever que os obriga a tratar igualmente bem a todos, desde o mais humilde e desherdado da fortuna, até ao de mais elevada posição social, não desprezando ou amesquinhando absolutamente ninguém. (...)*

*Só assim se póde n'este mundo conciliar a estima do maior numero e o respeito de todos. (...)*

*Só assim se póde esperar a protecção e o auxilio na desgraça, da qual ninguém está isento de cair, por muito alta e garantida que se julgue ser a nossa posição e por muito afastada de nós que a desventura se nos affigure estar (...)<sup>7</sup>.*

## **Empreendedor nato: proprietário, comerciante e par do reino. Reflexão sobre as redes sociais e familiares**

Filho de Flamiano Anjos, um dos fundadores, em 1836, da sociedade *Anjos & C.<sup>a</sup>*, Polycarpo, único irmão de Carlos Anjos, foi educado com esmero, tendo inclusive estudado em Inglaterra<sup>8</sup>, partindo muito novo para Manchester onde fez a sua formação comercial<sup>9</sup>. Em 1865 o seu tio António Anjos cedeu a sua parte na sociedade comercial a Flamiano e a seus filhos – Carlos e Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos<sup>10</sup>, tinha este último 20 anos.

As actividades de Polycarpo foram muito diversas, em todas as suas funções *fazendo uso do seu raro bom senso e vigorosa tenacidade*, características que lhe permitiram desenvolver e fazer prosperar *as suas fabricas, os seus depositos, os seus armazens*, uma vasta *industria commercial* que foram *gloria e brilho do seu nome*<sup>11</sup>. São inúmeras as instituições às quais emprestou a sua energia e sagacidade.

Em 22 de Março de 1875 foi fundada a instituição bancária *Lisboa & Açores*<sup>12</sup>, por um conjunto de *verdadeiros empreendedores*<sup>13</sup>, decididos a não desiludir as expectativas do meio

<sup>7</sup> *Commercio e Industria, ciencias, artes e letras*, n.º 183, 1905 e Torre do Tombo - "Testamento de Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos" in *Livros de registos do tabelião António Tavares de Carvalho*, ano 1899.

<sup>8</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, 1935, p. 743.

<sup>9</sup> Esteves Pereira, João Manuel; Rodrigues, Guilherme, *Portugal. Diccionario, Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*, vol. III, 1907, p. 418.

<sup>10</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, 1935, p. 743.

<sup>11</sup> *Commercio e Industria, ciencias, artes e letras*, n.º 183, 1905.

<sup>12</sup> Os estatutos da instituição bancária, constituída como sociedade anónima, foram publicados no "Diário do Governo" n.º 81, de 13 de Abril de 1875.

comercial e industrial. Do grupo de primitivos accionistas fizeram parte Flamiano José Lopes Ferreira dos Anjos, com 50 acções, e os seus dois filhos, Carlos P. F. dos Anjos, com 10 acções e Polycarpo P. F. dos Anjos, com 20 acções<sup>14</sup>. O primeiro quartel de existência do banco está ligado a um dos seus fundadores, trata-se de Adolfo de Lima Mayer, que exerceu cargos directivos desde a sua criação até 1899<sup>15</sup>. Polycarpo P. F. dos Anjos foi membro do Conselho Fiscal, desde 1886 até 1905<sup>16</sup>, data da sua morte. Seus filhos, Fernando e Henrique Munró dos Anjos, também tiveram os seus lugares nos corpos directivos do *Banco Lisboa & Açôres*: Fernando foi seu Director, entre 1912 e 1931, e o irmão Henrique foi eleito Secretário da Assembleia Geral em 1917<sup>17</sup>. Luís Leite Pereira Jardim, conde de Valenças - primo, por afinidade, de Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos e sogro de Fernando Munró dos Anjos, desde 1874 -, integrou o Conselho Fiscal no biénio 1877-1878 e ocupou a Vice-Presidência do Conselho Fiscal do banco nos anos 1878 e 1890<sup>18</sup>.

A família Anjos esteve ligada à *Companhia Geral de Crédito Predial Português* - uma das entidades bancárias fundadas no ano de 1864<sup>19</sup>, em pleno "surto bancário" -, desde 1881, ano em que o tio Polycarpo José Lopes dos Anjos assumiu o cargo de Administrador (que ocupou até 1891) e o primo de Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, conde de Valenças, se tornou Vice-Presidente da Assembleia Geral<sup>20</sup>. Luís Leite Pereira Jardim ocupou esta vice-presidência até 1888, ano em que assumiu a presidência da Assembleia Geral - que manteve até 1906. Foi durante este período que Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, por breves meses, entre 20/7/1891 e 31/3/1892, ocupou o lugar de vice-governador efectivo da companhia de crédito, abandonando o cargo a favor de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro<sup>21</sup> (7/11/1849 – 1/8/1907), que havia sido nomeado Conselheiro de Estado em Dezembro do ano anterior<sup>22</sup>. Carlos Joyce Diniz, casado com a primogénita de Polycarpo P. F. dos Anjos, assumiu já em pleno século XX papéis directivos na instituição bancária: entre 1923 e 1928 foi Vice-Governador substituto e entre 1943 e 1956 Presidente do Conselho Fiscal<sup>23</sup>.

---

<sup>13</sup> *Banco Lisboa & Açôres – Elementos para a sua historia*, Ed. Casa Portuguesa, Lisboa, 1940, p. 13. Os "instaladores" da instituição bancária foram: Estevão José Brochado, o visconde de Carregoso, António Joaquim de Oliveira, Lima Mayer & Filhos, Moura Borges & Companhia, Bensaúde & Companhia, Ernesto George, Manuel José Dias Monteiro & Filhos e António José Gomes Neto.

<sup>14</sup> *Banco Lisboa & Açôres – Elementos para a sua historia*, Ed. Casa Portuguesa, Lisboa, 1940, pp. 22-25.

<sup>15</sup> *Banco Lisboa & Açôres – Elementos para a sua historia*, Ed. Casa Portuguesa, Lisboa, 1940, p. 36.

<sup>16</sup> *Banco Lisboa & Açôres – Elementos para a sua historia*, Ed. Casa Portuguesa, Lisboa, 1940, p. 37.

<sup>17</sup> *Banco Lisboa & Açôres – Elementos para a sua historia*, Ed. Casa Portuguesa, Lisboa, 1940, pp. 36, 38.

<sup>18</sup> *Banco Lisboa & Açôres – Elementos para a sua historia*, Ed. Casa Portuguesa, Lisboa, 1940, pp. 37- 38.

<sup>19</sup> À data da sua fundação e por falta de sede própria, a Companhia Geral de Crédito Predial Português, funcionava nas instalações do Banco Nacional Ultramarino.

<sup>20</sup> Marques, A. H. de Oliveira, *Companhia Geral de Crédito Predial Português: 125 anos de História*, Ed. Crédito Predial Português, 1989, pp. 327-330.

<sup>21</sup> Marques, A. H. de Oliveira, *Companhia Geral de Crédito Predial Português*, Ed. Crédito Predial Português, 1989, p. 327.

<sup>22</sup> Esteves Pereira, João Manuel; Rodrigues, Guilherme, *Portugal. Dicionário, Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico*, vol. V, 1911, pp. 258-260. Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, doutorou-se em Direito pela Universidade de Coimbra no ano 1872, foi ministro de estado, deputado, par do reino e chefe do partido regenerador. Hintze Ribeiro veraneava com a sua família no palácio do conde de Cabral em Algés, onde chegaram a decorrer algumas reuniões de ministros depois de, em 1893, ter eleito Presidente do Conselho de Ministros.

<sup>23</sup> Marques, A. H. de Oliveira, *Companhia Geral de Crédito Predial Português*, Ed. Crédito Predial Português, 1989, pp. 327, 333.

Estando ligado ao comércio externo (principalmente com a África lusofalante) e também à banca, Polycarpo foi dirigente da *Associação Comercial de Lisboa*<sup>24</sup>, ocupando a sua presidência entre 1886 e 1888<sup>25</sup>. Foi ainda um dos responsáveis pelo projecto da *Mala Real Portuguesa*, uma das tentativas de desenvolvimento da marinha mercante portuguesa e sua rentabilização pelas carreiras para as colónias, a que se associaram também Sousa Leal e Sousa Carneiro Lara - projecto que se revelou inexecutável<sup>26</sup>.



**Fig. 3** - *Chalet* de Miramar, actual Palácio Anjos em Algés. [Foto ACA 2009]



**Fig. 4** - Capela de Nossa Senhora das Graças ou Capela dos Anjos, em Algés, demolida na década de 1970. [Colecção particular]

Apresentando-se como *proprietário e negociante*, para além da quinta de Miramar com o seu *chalet* e capela (Figs. 3 e 4), o capitalista e *grande proprietário, construiu em Lisboa e na Cruz Quebrada tipos de edificações baratas*<sup>27</sup>. As edificações da capital eram *conhecidas como Villa Santa Martha, e mereceram justas referencias das autoridades sanitarias por obedecerem a todos os preceitos hygienicos*<sup>28</sup>. Na Cruz Quebrada edificou habitações de veraneio - o Parque de Mira Torres<sup>29</sup>, também conhecido por *Colmeias e Correnteza do Parque*<sup>30</sup> (Figs. 5 e 6) -, em propriedade que fora da antiga fábrica de curtumes fundada em 1834, por António Joaquim de Carvalho e que mais tarde foi adquirida por Fortunato Simões Carneiro<sup>31</sup>, localizada na margem esquerda da ribeira do Jamor.

<sup>24</sup> A Associação Comercial de Lisboa (ACL), com a primitiva designação de Associação Mercantil de Lisboa, foi fundada em 12 de Junho de 1834 por um grupo de 277 comerciantes. Na passagem do século XIX para o século seguinte, a ACL fundiu-se com a Câmara de Comércio e Indústria, situação que se mantém até ao presente. Pela sua presidência passaram proeminentes elementos do governo e da banca.

<sup>25</sup> Trindade, Luís, *História da Associação Comercial de Lisboa, da fundação nacionalista à integração europeia*, Ed. Câmara de Comércio e Indústria / Associação Comercial de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 44

<sup>26</sup> Trindade, Luís, *História da Associação Comercial de Lisboa, da fundação nacionalista à integração europeia*, Ed. Câmara de Comércio e Indústria / Associação Comercial de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 46

<sup>27</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, 1935, p. 743.

<sup>28</sup> Esteves Pereira, João Manuel; Rodrigues, Guilherme, *Portugal. Dicionário, Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico*, vol. III, 1907, p. 418.

<sup>29</sup> Tal como surge numa carta de um veraneante que ali estava em Agosto de 1903, in Monteiro, Gilberto, "O Sítio da Cruz Quebrada - Nótulas de micro-história" in *Separata O Fermento*, Cruz Quebrada, 1960, p. 139.

<sup>30</sup> Monteiro, Gilberto, "O Sítio da Cruz Quebrada - Nótulas de micro-história" in *Separata O Fermento*, Cruz Quebrada, 1960, p. 158.

<sup>31</sup> Este proprietário e industrial, que *detinha a posse de várias propriedades* na Cruz Quebrada, uma das quais era o palacete que fora do marquês de Pombal, acabou por perder a sua fortuna e a sua fábrica foi hipotecada. Segundo Jorge Oliveira



O Clube da Cruz Quebrada, clube para banhistas, que ocupou as instalações da própria fábrica, resultou da adaptação do edifício original. No ano de 1887 Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos requereu autorização para submeter o edifício da antiga fábrica a obras<sup>32</sup>, convertendo a antiga instalação fabril num clube de entrada restrita, reunindo classes sociais diversas.

Sintra despertou igualmente o interesse do investidor que, em 1894, comprou a seu sogro, Charles Alexander Munró, a quinta de S. João (em São Pedro, Linhó, Sintra), por 2.000\$000 réis<sup>33</sup>. A quinta associava a exploração agrícola a uma luxuriante área de recreio, tendo integrada uma construção campestre construída em 1798-99, de planta rectangular e de um só piso<sup>34</sup>. A propriedade foi vendida, em 1932, por Alice Munró dos Anjos – consorte de Polycarpo, que viria a falecer dois anos depois -, a Jaime Sennfelt, a cuja família ainda em 1989 pertencia<sup>35</sup>.



**Fig. 5** - Colmeias, no Parque Mira Torres, Cruz Quebrada. [Foto ACA 2010]



**Fig. 6** - Correnteza do Parque, no Parque Mira Torres, Cruz Quebrada. [Foto ACA 2010]

Para além da gestão das suas propriedades, dos cargos oficiais ou em entidades com fins comerciais, Polycarpo P. F. dos Anjos apoiou ainda diversas causas. Era membro da *Assistência Nacional dos Tuberculosos* e do *Instituto de Socorros a Náufragos*, fazendo ainda parte da *Sociedade de Geografia de Lisboa*<sup>36</sup>. A *Sociedade de Geografia de Lisboa* foi criada no ano de 1875 - o ano da fundação do *Banco Lisboa & Açores*, instituição bancária de que Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos foi accionista primitivo -, com o objectivo de *definir as potencialidades e as respectivas políticas de exploração dos territórios africanos*<sup>37</sup>. A sociedade *Anjos & C.ª*, de que Polycarpo era sócio, já há muito havia estabelecido e consolidado a sua posição no quadro das exportações para o território angolano.

Outra das iniciativas que apoiou foi a criação, em 1883, da *Real Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Rocha*, apelando à criação de um santuário para a veneranda

Miranda já em 1881 a fábrica se encontraria desactivada e em 1883 foi a leilão judicial. (Miranda, Jorge, "O clube da Cruz Quebrada" in *Jornal da Região – Oeiras*, n.º 207, 27 de Abril 2001, p. 9.)

<sup>32</sup> Miranda, Jorge, "O clube da Cruz Quebrada" in *Jornal da Região – Oeiras*, n.º 207, 27 de Abril 2001, p. 9.

<sup>33</sup> Stoop, Anne de, *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização, Barcelos, 1989, p. 328. Segundo a mesma obra: Em 1870 a quinta era administrada por Charles Alexander Munró, em representação de seu filho Carlos Gould - um dos seus proprietários. Em 1880 havia sido adquirida pelo sogro de Polycarpo P. F. dos Anjos, pela quantia de 1.700\$000 réis.

<sup>34</sup> Stoop, Anne de, *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização, Barcelos, 1989, pp. 328-330.

<sup>35</sup> Stoop, Anne de, *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização, Barcelos, 1989, pp. 328-330.

<sup>36</sup> *Commercio e Industria, ciencias, artes e letras*, n.º 183, 1905.

<sup>37</sup> Trindade, Luís, *História da Associação Comercial de Lisboa, da fundação nacionalista à integração europeia*, Ed. Câmara de Comércio e Indústria / Associação Comercial de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 46.

imagem de Nossa Senhora da Conceição encontrada em Maio de 1822 numa gruta de Carnaxide, que desde esse ano estivera na Sé Patriarcal de Lisboa e de onde retornou em 1883. A festa do regresso da imagem a Carnaxide foi organizada por Tomás Ribeiro, Conselheiro e Ministro de Estado, à qual assistiu a rainha D. Amélia<sup>38</sup>. Polycarpo P. F. dos Anjos integrava o conjunto de 93 irmãos fundadores, à semelhança da grande maioria dos proprietários, a essa data, da faixa ribeirinha entre a Cruz Quebrada e Algés. A lista de irmãos fundadores da Real Irmandade incluiu destacadas personalidades, de que salientamos: Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos e esposa - Alice Munró dos Anjos -, Francisco Ferreira Godinho, Luís Ferreira Godinho, Francisco Duarte Pedroso, Damásio Duarte Pedroso, Eduardo António Pedroso e Maria Teotónia Pedroso, João Pedroso, Tomás Ribeiro<sup>39</sup> (que foi unanimemente eleito Provedor da Irmandade), condessa da Foz, conde de Cabral, marquês de Fronteira, marquesa de Fronteira, conde de Rio Maior, conde e condessa de Casal Ribeiro, conde e condessa de Tomar, condessa da Ribeira Grande e o visconde de Ribeiro da Silva<sup>40</sup>.

Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos contribuiu para o desenvolvimento da Cruz Quebrada como centro de veraneio, com a construção do Parque Mira Torres e a criação do Clube da Cruz Quebrada, ao mesmo tempo que edificava em Algés, o seu *chalet* de veraneio - o Palácio Anjos -, em terras adquiridas à viúva do conde de Silva Sanches.

Na zona de veraneio compreendida por Cruz Quebrada, Dafundo e Algés, se reuniram muitas individualidades durante a segunda metade de oitocentos. Quem não possuía a sua residência própria alugava-a para os meses de Verão. Foram diversas as personalidades que veranearam em Algés e Cruz Quebrada ao tempo dos empreendimentos de Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, com quem este colaborava, convivia ou concorria.

O seu nome ficou ligado a inúmeras instituições com fins industriais, comerciais, bancárias, agrícolas ou de beneficência. Entre outras, registámos a sua participação em: *Companhia do Fabrico d'algodões de Xabregas*; *Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense*; *Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria d'algodões*; *Empresa Nacional de Navegação para a Africa Portuguesa*; *Companhia Geral do Credito Predial Portuguez*; *Companhia Nacional e Nova Fabrica de Vidros da Marinha Grande*; *Companhia Algodoeira do Congo Portugues*; *Banco Lisboa & Açôres*; *Banco Commercial de Lisboa*; *Companhia Geral do Credito Predial Portuguez*; *Companhia do Mercado da Praça da Figueira*; *Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa*, *Asylo da Mendicidade*; *Albergues Noturnos*; *Albergue dos Invalidos do Trabalho*; *Albergue das Creanças abandonadas*; *Asylo de Nossa Senhora da Conceição das Raparigas Abandonadas* e *Sociedade das casas d'Asylo da Infancia desvalida de Lisboa*<sup>41</sup>.

Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos foi eleito para a Câmara dos Pares em 1890<sup>42</sup>, e depois como deputado na 31.ª legislatura da monarquia constitucional – que teve duas sessões, a primeira de 2 de Janeiro de 1896 a 9 de Maio desse ano e a segunda sessão de 2

<sup>38</sup> Costa, Pe. Francisco dos Santos, *O Santuário da Rocha, coração de Carnaxide*, Ed. CMO, 1972, p. 27.

<sup>39</sup> Tomás Ribeiro, de seu nome completo Tomás António Ribeiro Ferreira, nasceu a 1 de Julho de 1831, no lugar de Parada de Gonta, tendo-se formado em Direito, na Universidade de Coimbra em 1855. Foi detentor de vários cargos, títulos e condecorações, entre as quais: Ministro das Obras Públicas (por duas vezes), Ministro do Reino (por duas vezes), Ministro da Marinha, Ministro de Estado Honorário, Par do Reino, Ministro plenipotenciário, Director Geral dos Negócios da Justiça. Tomás Ribeiro foi uma das mais proeminentes individualidades que residiu em Carnaxide a partir de 1882, tendo em muito contribuído para o seu progresso.

<sup>40</sup> Costa, Pe. Francisco dos Santos, *O Santuário da Rocha, coração de Carnaxide*, Ed. CMO, 1972, pp. 29-30.

<sup>41</sup> Torre do Tombo - "Testamento de Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos" in *Livros de registos do tabelião António Tavares de Carvalho*, ano 1899.

<sup>42</sup> *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, ano 1890.

de Janeiro de 1897 a 8 de Fevereiro desse mesmo ano, data em que foi dissolvida<sup>43</sup>. Durante esta legislatura a presidência da Câmara dos Deputados foi ocupada por António José da Costa Santos, sendo vice-presidente o visconde de Ervedal da Beira<sup>44</sup>. Prestou juramento do seu cargo de deputado em Janeiro de 1896<sup>45</sup>, no desempenho do qual interveio *eficazmente em discussões de carácter económico*<sup>46</sup>. Em 29 de Dezembro de 1900 foi nomeado par do reino, ocupando, desde então o seu lugar, vitalício, na Câmara dos Pares.

## Contexto familiar e descendência

Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, contraiu matrimónio em Lisboa, a 31 de Agosto de 1871, com Alice Joyce Munró (Lisboa, 1846 – Lisboa, 22/2/1934), que passou a assinar Alice Munró dos Anjos. A consorte de Polycarpo era originária de brasonadas famílias oriundas da Irlanda e da Escócia, sendo filha de Charles Alexander Munró e de Maria José Peters Joyce<sup>47</sup>. Desta união nasceram sete descendentes: Maria Leonor Munró dos Anjos (1872-1940), Fernando Munró dos Anjos (1874-1933), Matilde Munró dos Anjos (1875-1963), Beatriz Munró dos Anjos (nascida em 1876), Berta Munró dos Anjos (1877-1971), Henrique Munró dos Anjos (1879-1957) e Gabriela Munró dos Anjos (nascida em 1880)<sup>48</sup>.



**Fig. 7** - Polycarpo e Alice Anjos com todos os seus filhos, c. 1887. [Coleção da Família Anjos]



**Fig. 8** - Polycarpo e Alice Anjos com todos os seus filhos, alguns genros e netos, c. 1896. [Coleção da Família Anjos]

A primogénita - Maria Leonor -, casou com Carlos Joyce Diniz, major de engenharia<sup>49</sup> e primo afastado de sua mãe.

A prole de António Anjos, tio mais velho de Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos resumia-se a Guilhermina Rosa Marques dos Anjos (1855-1919), casada com o 1.º conde de Valenças - Dr. Luís Leite Pereira Jardim (1844-1910) - e ao 1.º conde de Fontalva - Alfredo

<sup>43</sup> Bessa, José Marcelino de Almeida, *Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Imprensa Nacional, 1901, pp. 141-143.

<sup>44</sup> Bessa, José Marcelino de Almeida, *Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Imprensa Nacional, 1901, p. 155.

<sup>45</sup> Bessa, José Marcelino de Almeida, *Anexo ao Manual Parlamentar. Anno 1905*, Imprensa Nacional, 1905.

<sup>46</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, 1935, p. 743.

<sup>47</sup> Mayer, Filipe de Lima, *Livro de família*, vol. I, 1969, p. 78.

<sup>48</sup> Corrêa, Manuel de Mello (Dir.), *Anuário da Nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1.ª Ed., 1985, vol. 1, árvore 152.

<sup>49</sup> Corrêa, Manuel de Mello (Dir.), *Anuário da Nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1.ª Ed., 1985, vol. 1, p. 242.



Ferreira dos Anjos. Fernando Munró dos Anjos casou com uma filha de Guilhermina (prima em 1.º grau de seu pai): Celeste Jardim Anjos (1876-1933)<sup>50</sup>, tendo assim por sogro o capitalista Luís Jardim.

Matilde Munró dos Anjos casou, em 1890, com Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1855-1911), que viria a ser, cinco anos mais tarde, 1.º conde de Arnoso, o que fez dela 1.ª condessa de Arnoso<sup>51</sup>. O conde de Arnoso foi secretário particular de D. Carlos e um dos elementos dos “Vencidos da Vida”<sup>52</sup>.

Berta Munró dos Anjos desposou, em 1901, em Algés, António Vasco de Melo César e Menezes, com os títulos, que passou a partilhar com a sua consorte: 12.ºs condes de S. Lourenço e 10.ºs condes de Sabugosa<sup>53</sup>.

O outro filho homem de Polycarpo, Henrique Munró dos Anjos casou na quinta de Miramar em 1902, com Maria Olímpia Viana Simões<sup>54</sup>.

A filha mais nova de Polycarpo P. F. dos Anjos, Gabriela Munró dos Anjos, desposou o comandante Júlio Jardim de Vilhena, em data não conhecida<sup>55</sup>.

## Notas finais

O presente texto é um dos pontos de partida para o estudo que se pretende abrangente e vasto, em curso, versando o papel dos Ferreiras dos Anjos na Economia e na Sociedade lisboetas da segunda metade de Oitocentos. Foram aqui citadas as principais acções empreendedoras de Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, na indústria, na agricultura e na banca. Apresentou-se ainda uma breve reflexão acerca da efectiva relevância das redes sociais e familiares na obtenção dos sucessos verificados.

## Agradecimentos

Ana Gaspar, Bernardo Pinheiro de Mello, Bartolomeu Cid dos Santos, Duarte Seabra Diniz, Jorge Miranda, Pedro Ulrich Anjos, Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.

## Fontes e Bibliografia

Antunes, Alexandra de Carvalho, *O Palácio Anjos e a Arquitectura de Veraneio em Algés*, Oeiras, C.M.Oeiras, 2004.

---

<sup>50</sup> Corrêa, Manuel de Mello (Dir.), *Anuário da Nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1.ª Ed., 1985, vol. 1, p. 157.

<sup>51</sup> Corrêa, Manuel de Mello (Dir.), *Anuário da Nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1.ª Ed., 1985, vol. 1, p. 242; vol. II, p. 162.

<sup>52</sup> Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal - A queda da monarquia – 1890-1910*, Ed. Verbo, vol. X, p. 135.

<sup>53</sup> Corrêa, Manuel de Mello (Dir.), *Anuário da Nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1.ª Ed., 1985, vol. I, p. 242, vol. II, p. 149.

<sup>54</sup> Corrêa, Manuel de Mello (Dir.), *Anuário da Nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1.ª Ed., 1985, vol. II, p. 162.

<sup>55</sup> Corrêa, Manuel de Mello (Dir.), *Anuário da Nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1.ª Ed., 1985, vol. II, p. 164.

Antunes, Alexandra de Carvalho, *O Veraneio da Família Anjos: Diário de Maria Leonor Anjos (1885-1887)*, Oeiras, C.M.Oeiras, 2007.

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças - DGCI-LIS-LIS4-IS.

*Banco Lisboa & Açores – Elementos para a sua história*, Ed. Casa Portuguesa, Lisboa, 1940.

Bessa, José Marcelino de Almeida, *Annexo ao Manual Parlamentar. Anno 1905*, Imprensa Nacional, 1905.

Bessa, José Marcelino de Almeida, *Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Imprensa Nacional, 1901.

*Boletim do Arquivo*, Ed. CMO, n.º 1, 2002.

*Commercio e Industria, sciencias, artes e letras*, n.º 183, 1905.

Corrêa, Manuel de Mello (Dir.), *Anuário da Nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1.ª Ed., 1985, vols. 1 e 2.

Costa, Pe. Francisco dos Santos, *O Santuário da Rocha, coração de Carnaxide*, Ed. CMO, 1972.

*Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, ano 1890.

Esteves Pereira, João Manuel; Rodrigues, Guilherme, *Portugal. Dicionario, Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres, 1904-1915.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, 1935, p. 743.

Marques, A. H. de Oliveira, *Companhia Geral de Crédito Predial Português: 125 anos de História*, Ed. Crédito Predial Português, 1989.

Mayer, Filipe de Lima, *Livro de família*, vol. I, 1969.

Miranda, Jorge, "O clube da Cruz Quebrada" in *Jornal da Região – Oeiras*, n.º 207, 27 de Abril 2001, p. 9.

Monteiro, Gilberto, "O Sítio da Cruz Quebrada - Nótulas de micro-história" in *Separata O Fermento*, Cruz Quebrada, 1960.

*O Occidente*, Lisboa, n.º 954, 30 Junho 1905.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal - A queda da monarquia – 1890-1910*, Ed. Verbo, vol. X.

Stoop, Anne de, *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização, Barcelos, 1989.

Torre do Tombo - "Testamento de Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos" in *Livros de registos do tabelião António Tavares de Carvalho*, ano 1899.

Trindade, Luís, *História da Associação Comercial de Lisboa, da fundação nacionalista à integração europeia*, Ed. Câmara de Comércio e Indústria / Associação Comercial de Lisboa, Lisboa, 2000.